

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 01

Na Redação Oficial, a impessoalidade e a publicidade devem ser observadas. Para tanto, um servidor, que ocupa um cargo de chefia, quando se ausenta, é substituído por um outro, conforme portaria ou regulamento vigente. Desse modo, José Faria, diretor do Instituto de Química, ausentou-se para gozo do período de férias. André Lima, vice-diretor, assumiu a direção pelo período correspondente.

Considerando esse contexto e o que preconiza o Manual de Redação da Presidência da República, na identificação do signatário, depois do nome do cargo, é possível utilizar os termos *interino* e *substituto*, observando que:

- Substituto é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular, e o termo deve ser utilizado depois do nome do cargo, com hífen, sem vírgula e em minúsculo (ex.: Diretor-substituto).
- Substituto é aquele designado para exercer as atribuições de cargo público vago ou no caso de afastamento e impedimentos legais ou regulamentares do titular, e o termo deve ser utilizado depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em minúsculo (ex.: Diretor substituto).
- Interino é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância, e o termo deve ser utilizado depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em minúsculo (ex.: Diretor interino).
- Interino é aquele nomeado para ocupar transitoriamente cargo público durante a vacância, e o termo deve ser utilizado depois do nome do cargo, com hífen, sem vírgula e em minúsculo (ex.: Diretor-interino).

QUESTÃO 02

Rita de Cássia, servidora numa universidade federal, escreveu um ofício dirigido à reitoria de outra universidade. De acordo com as normas vigentes acerca da forma de tratamento empregada na comunicação, oral ou escrita, com agentes públicos da administração pública federal direta e indireta, e sobre a forma de endereçamento de comunicações escritas a eles dirigidas, qual forma de tratamento Rita de Cássia usou no ofício dirigido à reitora da outra universidade?

- Vossa Magnificência.
- Ilustríssima Reitora.
- Vossa Excelência.
- Senhora Reitora.

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 05.

Corrupção na Ditadura

Durante a ditadura militar no Brasil, a Comissão Geral de Investigações (CGI) tinha como objetivo central apurar casos de corrupção por meio de investigações sumárias e sigilosas.

Criada em 1964 para atuar como um "tribunal administrativo especial", a CGI ganhou novos poderes com o AI-5. As investigações sofriam evidentes interferências políticas e foram alvo de críticas por abusos e excessos. A CGI analisava denúncias e podia sugerir o confisco de bens e outras medidas repressivas. A CGI atuava para além dos casos de enriquecimento ilícito, realizando perseguições políticas. A simples existência da Comissão gerava medo, funcionando como uma ferramenta de intimidação. Dos atingidos, mais de 41% eram políticos e cerca de 36% funcionários públicos. Entre 1968 e 1973, foram analisados 1153 processos, dos quais 1000 foram arquivados e apenas 41 confiscos decretados, a maioria em bancas de jogo do bicho. Além disso, a CGI não se voltou para o principal foco da corrupção na ditadura: os próprios militares. Durante a ditadura militar, foram diversos os casos de corrupção, embora a censura e a repressão tenham dificultado a exposição das irregularidades. Grandes obras, como a Transamazônica, Itaipu e as usinas nucleares de Angra, foram marcadas por superfaturamento e desvios de verbas. Instituições públicas, como o BNDES e a Petrobras, também foram usadas para beneficiar aliados do regime. Concessões de rádio e TV favoreceram grupos de mídia, enquanto militares e empresários ligados ao governo criaram empresas para obter contratos fraudulentos. A ausência de fiscalização, a censura e a centralização de poder facilitaram essas práticas, desmentindo o mito de que o regime era "imune" à corrupção.

Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/destaques/corruptao-na-ditadura>. Acesso em 12 jul. 2025. (Fragmento)

QUESTÃO 03

Da análise do texto, depreende-se que:

- a) Superfaturamento e desvios de verba foram considerados como indícios de corrupção.
- b) BNDES e Petrobrás foram usados para desvio de verbas para aliados do regime.
- c) A CGI contribuiu para a impunidade de corruptos durante a ditadura militar.
- d) A ditadura militar combateu a corrupção no Brasil.

QUESTÃO 04

O termo destacado no trecho *“Concessões de rádio e TV favoreceram grupos de mídia, enquanto militares e empresários ligados ao governo criaram empresas para obter contratos fraudulentos.”* pode ser substituído, corretamente, por:

- a) onde
- b) aonde
- c) ao passo que
- d) à medida em que

QUESTÃO 05

Observando a norma padrão da Língua Portuguesa e mantendo o sentido global do texto, o trecho “*Durante a ditadura militar, foram diversos os casos de corrupção, embora a censura e a repressão tenham dificultado a exposição das irregularidades.*” poderia ser reescrito de qual forma?

- a) Mesmo com a censura e a repressão na ditadura militar, casos de corrupção existiram no governo dos militares e de aliados do regime.
- b) Ainda que tenha existido vários casos de corrupção, a CGI atuou sem interferências políticas e perseguições durante a ditadura militar.
- c) Houveram vários casos de corrupção durante a ditadura militar, mas a censura e a repressão dificultaram a exposição das irregularidades.
- d) A censura e a repressão dificultaram a exposição das irregularidades, apesar do regime militar ter instituído a CGI para apurar casos de corrupção por meio de investigações sumárias e sigilosas.

QUESTÃO 06

Considerando que Rita de Cássia tem conhecimento das atuais formas de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da Administração Pública Federal, ao elaborar um ofício dirigido à reitoria de outra universidade, qual sentença ela utilizou no corpo do texto?

- a) Encaminhamos a Vossa Senhoria o termo de colaboração técnica do servidor Antônio de Pádua.
- b) Encaminho à Vossa Senhoria o termo de colaboração técnica do servidor Antônio de Pádua.
- c) Encaminhamos-lhes o termo de colaboração técnica do servidor Antônio de Pádua.
- d) Encaminhamos-lhe o termo de colaboração técnica do servidor Antônio de Pádua.

QUESTÃO 07

Foi solicitada a um servidor da universidade a escrita de um aviso a ser afixado na porta de uma sala de aula que ficaria reservada para a realização de cursos de Língua Portuguesa.

Considerando que o servidor fez uso da Língua Portuguesa padrão, qual aviso foi afixado?

- a) Aula da segunda à sexta, das 17:00 às 20:30min, durante o mês de Agosto.
- b) Aula da segunda à sexta, das 17:00h às 20:30h, durante o mês de agosto.
- c) Aula de segunda a sexta, das 17h as 20h30, durante o mês de Agosto.
- d) Aula de segunda a sexta, das 17h às 20h30, durante o mês de agosto.

Leia o texto para responder às questões de 08 a 10.



QUESTÃO 08

Observando as regras de concordância nominal, qual deve ser a reescrita dos dizeres da placa?

- a) É proibida a entrada de estranhos!
- b) Proibido a entrada de estranhos!
- c) Entrada de estranhos é proibida!
- d) Proibida entrada de estranhos!

QUESTÃO 09

Em relação ao uso da Língua Portuguesa padrão em contextos formais e a aspectos discursivos e textuais na produção desse texto, observa-se que:

- a) O trecho “olha pra mim e me diz:” deveria ser substituído por “olhe para mim e me diga”.
- b) O pronome *isto*, elemento anafórico, não poderia ser substituído pelo pronome *isso*.
- c) O uso de dois pontos se refere à reprodução da fala de outrem.
- d) A ocorrência de sujeito indeterminado nos 2 primeiros quadrinhos contribui para a comicidade do texto.

QUESTÃO 10

Considerando a intertextualidade, qual recorte de texto aborda a mesma temática do texto de Henfil?

- a)  GZH
[Gaúchos "invadem" praia de Santa Catarina e se tornam maioria da população](#)
Localizada no sul de Santa Catarina, Balneário Arroio do Silva atrai veranistas em busca de tranquilidade. O destino se tornou popular...
10 de fev. de 2025 
- b)  NSC Total
[Praia de Florianópolis que é paraíso dos surfistas sofre com despeixo e abandono](#)
A Praia da Joaquina, paraíso dos surfistas em Florianópolis, tem a marca do despeixo e abandono. Logo no passeio de entrada...
11 de fev. de 2025 
- c)  G1
[https://g1.globo.com > noticia > 2025/08/14 > litoral-de...](https://g1.globo.com/noticia/2025/08/14/litoral-de-...)
[Litoral de SP tem 26 praias impróprias para banho nesta ... - G1](#)
há 7 dias — Quando são identificadas mais de 100 colônias de bactérias, a cada 100 milímetros de água, a praia é considerada imprópria para banho.
- d)  UFRGS
[Privatização ameaça relação entre comunidade e meio ambiente no Lami](#)
Localizado a 30km do centro de Porto Alegre, o bairro enfrenta a ameaça de concessão à iniciativa privada de seu característico calçadão.
10 de fev. de 2023 

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

Conforme disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional 2021-2025 da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, a plataforma For é uma ferramenta em software usada na UNIFAL-MG para auxílio à gestão estratégica. O Módulo “ForPDI é capaz de gerar gráficos e dados estatísticos de forma resumida que subsidiam a tomada de decisão pelos gestores”. (UNIFAL-MG, 2020)

Beatriz exerce o cargo de Administradora na Universidade Federal de Alfenas e utiliza o Módulo ForPDI para auxiliar o gestor na tomada de decisões estratégicas. Entre as principais funcionalidades do Módulo ForPDI, existe o Painel de Bordo. Entre as funcionalidades do Painel de Bordo, qual informação não é disponibilizada pela interface gráfica gerada?

- a) Informações sobre o rendimento dos objetivos, indicadores e das metas dos Eixos Temáticos isoladamente.
- b) Visão consolidada da quantidade de objetivos, indicadores e metas da instituição e de informações sobre quantos(as) estão atrasados(as), quantos(as) estão com níveis aceitáveis ou com níveis abaixo do esperado.
- c) Dados estatísticos completos de monitoramento do PDI cadastrado.
- d) Rendimento em uma visão mais genérica, sem distinguir em eixos as informações.

QUESTÃO 12

João é servidor público, lotado no departamento de compras de determinada universidade federal. Seu departamento recebeu um processo com a solicitação de contratação de serviço comum de engenharia, com destaque que o serviço se enquadrava nos termos do art. 6º, XXI, “a”, da Lei 14.133/2021, qual seja: [“a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”], no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

João ficou encarregado de decidir em qual modalidade de licitação a contratação seria realizada.

Considerando apenas essa informação inicial relatada, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, João somente poderá indicar:

- a) Diálogo competitivo ou pregão.
- b) Concorrência ou pregão.
- c) Concorrência.
- d) Pregão.

QUESTÃO 13

Joana está realizando a dosimetria da pena a ser aplicada a uma licitante por inadimplência contratual. Ao consultar a Lei nº 14.133/2021 aplicável ao caso, Joana verificou que a porcentagem da penalidade de multa não poderá ser superior a:

- a) 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.
- b) 20% (vinte por cento) do valor do contrato licitado.
- c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.
- d) 40% (quarenta por cento) do valor do contrato licitado.

QUESTÃO 14

Pedro e Antônio, ambos servidores públicos federais, tiveram um desentendimento durante o horário de expediente, dentro da repartição em que exercem suas atividades. Pedro se exaltou no momento da discussão e desferiu um chute na perna de Antônio, quando, então, Ícaro, que já tentava tranquilizar a situação, interveio entre eles e impediu que a briga continuasse. Sabe-se que Pedro já passou do estágio probatório e não possui nenhum registro de penalidade disciplinar em seu assentamento funcional. Conforme dispõe a Lei nº 8.112/1990, qual é a penalidade disciplinar prevista para a conduta de Pedro?

- a) Advertência, em razão de já ter passado do estágio probatório e não possuir antecedente.
- b) Demissão, ainda que seja servidor estável e sem antecedente.
- c) Suspensão de até 90 (noventa) dias, em razão de já ter passado do estágio probatório e não possuir antecedente.
- d) Multa de 50% do vencimento de Pedro a título de reparação à ofensa física praticada contra Antônio.

QUESTÃO 15

Amanda ocupa o cargo de Administradora em determinada universidade federal. Amanda realiza análise de processos administrativos relacionados à gestão de pessoas da instituição. Em um dos processos que analisava, percebeu que foi emitida portaria para concessão de pensão por morte ao cônjuge do servidor falecido. O servidor falecido tinha mais de 18 contribuições mensais, e a pensionista (cônjuge) apresentou certidão de casamento que, na data do falecimento do servidor, comprovava que já estavam casados há 23 (vinte e três) meses. Na portaria, foi concedida a pensão por morte ao cônjuge por 10 (dez) anos, uma vez que o cônjuge tinha 28 (vinte e oito) anos de idade na data de óbito do servidor. O cônjuge já havia recebido o valor de 1 (um) mês a título da pensão por morte. Amanda restituiu o processo à autoridade que assinou a portaria para nova análise do período de pensão por morte concedido.

Assim sendo, observando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990, bem como a Lei nº 9.784/1999, a autoridade competente deverá:

- a) Anular a portaria.
- b) Manter a portaria.
- c) Revogar a portaria.
- d) Convalidar a portaria.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 16

Durante sua rotina de trabalho, diversos profissionais fazem uso de computadores com sistema operacional Windows para executar suas atividades. O uso de atalhos de teclado pode agilizar tarefas e melhorar a produtividade. Em um determinado momento, o Administrador José pressiona as teclas Ctrl + Shift + Esc no Windows 11 para:

- a) Acessar diretamente o Gerenciador de Tarefas.
- b) Acessar a Central de Segurança do Windows.
- c) Encerrar o sistema imediatamente.
- d) Alternar entre aplicativos abertos.

QUESTÃO 17

Durante o expediente, profissionais de diversas áreas utilizam computadores conectados à internet, o que os expõe a diferentes tipos de ameaças virtuais. Conhecer as características dessas ameaças é essencial para garantir a segurança da informação no ambiente de trabalho.

Em relação a tipos de vírus, ameaças virtuais e soluções de segurança, é adequado afirmar que:

- a) Spam é um antivírus gratuito usado em webmails.
- b) Spyware é um tipo de firewall usado para proteger o computador.
- c) Ransomware é um recurso de segurança do navegador Google Chrome.
- d) Worms são programas que se autorreplicam e se espalham sem ação do usuário.

QUESTÃO 18

O e-mail é uma das ferramentas mais usadas no ambiente de trabalho. Saber como usá-lo corretamente ajuda na comunicação e evita problemas.

Com relação ao uso do correio eletrônico (e-mail) como ferramenta de comunicação oficial, o servidor público nesta universidade deve saber que:

- a) Anexar arquivos a um e-mail pode impedir o envio da mensagem dependendo do tamanho total deles.
- b) Fornecer seu nome de usuário e senha de sistemas a remetentes desconhecidos ou com endereço de origem não confirmado é seguro.
- c) Abrir links de promoções enviados por remetentes desconhecidos é muito seguro.
- d) Enviar o mesmo e-mail para mais de uma pessoa ao mesmo tempo não é possível.

QUESTÃO 19

Durante a elaboração de um documento oficial, um servidor da UNIFAL-MG está utilizando o LibreOffice Writer e deseja centralizar o título, deixar em negrito e aumentar o tamanho da fonte.

Para isso, ele deve utilizar o menu:

- a) “Formatar” para alterar o alinhamento, o tamanho da fonte e aplicar negrito.
- b) “Arquivo” para alterar o alinhamento, o tamanho da fonte e aplicar negrito.
- c) “Inserir” para alterar o alinhamento, o tamanho da fonte e aplicar negrito.
- d) “Exibir” para alterar o alinhamento, o tamanho da fonte e aplicar negrito.

QUESTÃO 20

Durante o preenchimento de uma planilha no Microsoft Excel, um servidor da UNIFAL-MG deseja realizar a soma dos valores contidos nas células de A2 até A10.

Qual é a fórmula correta para esse objetivo?

- a) =CONJUNTO(A2:A10)
- b) =TOTAL(A2:A10)
- c) =SOMA(A2:A10)
- d) =CONT(A2:A10)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, define as novas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos no setor público. Acerca dessa lei, analise as afirmativas abaixo.

- I. A Lei tem como um de seus objetivos assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- II. É vedada, em qualquer situação, a inexigibilidade de licitação para contratação de profissional do setor artístico, de forma direta ou indireta.
- III. O termo de referência é o documento necessário para a contratação de bens e serviços e deve conter parâmetros e elementos descritivos definidos pela lei.
- IV. A Lei possibilita, em casos excepcionais, a combinação das modalidades de licitação previstas na própria norma ou a criação de novas modalidades para atender as necessidades do interesse público.

Das afirmativas, estão corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.

QUESTÃO 22

De acordo com os estudos de Rosa e Pereira (2021), as técnicas para iniciar projetos ágeis na administração pública são:

- I. Tentativas de aplicação de um framework ágil integralmente.
- II. Desenvolvimento de um projeto piloto.
- III. O monitoramento de outras instituições que utilizam práticas ágeis.
- IV. Melhorias na comunicação e na colaboração entre os integrantes da equipe.

Das afirmativas, estão corretas:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.

QUESTÃO 23

A Instituição recebeu uma emenda de bancada para execução de uma obra de engenharia, de alta complexidade, para construção de um prédio para abrigar o novo laboratório de controle de qualidade de vacinas.

Qual modalidade de licitação o gestor deverá utilizar?

- a) Leilão.
- b) Concorrência.
- c) Credenciamento.
- d) Pregão Eletrônico.

QUESTÃO 24

Segundo a Lei 9.784/1999, são deveres do administrado perante a Administração, exceto:

- a) Agir de modo temerário.
- b) Expor os fatos conforme a verdade.
- c) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- d) Prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

QUESTÃO 25

Eduardo está diante de um elemento que, sozinho ou combinado com outros, tem o potencial de originar o risco.

De acordo com a ABNT NBR ISO 31000/2018, ele está diante de:

- a) Um evento.
- b) Uma probabilidade.
- c) Uma fonte de risco.
- d) Um risco propriamente dito.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, em especial no capítulo que se refere a Despesas de Capital, não se configura como despesa os(as):

- a) Investimentos.
- b) Despesas de Capital.
- c) Inversões Financeiras.
- d) Transferências Correntes.

QUESTÃO 27

Conforme Lei n.º 12.527/2011, as informações governamentais de Executivo, Legislativo e Judiciário são garantidas a todos que as solicitarem, sem justificativas.

Para os efeitos dessa lei, qual conceito está corretamente relacionado à sua definição?

- a) Informação pessoal: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- b) Integridade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- c) Primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- d) Tratamento da informação: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.

QUESTÃO 28

O Decreto 11.072/2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho – PGD, da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, não se aplica a quais agentes públicos?

- a) Empregados públicos em exercício na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- b) Militares das Forças Armadas.
- c) Servidores públicos ocupantes de cargo efetivo.
- d) Servidores públicos ocupantes de cargo em comissão.

QUESTÃO 29

Com referência aos princípios básicos que regem o Controle da Qualidade Total (TQC), está correto o que se afirma em:

- a) O TQC considera que o tratamento de problemas deve ser uniforme para todos os casos, independentemente de sua criticidade ou impacto sobre a qualidade e a satisfação do cliente.
- b) Um dos princípios do TQC é que todas as decisões devem ser baseadas em dados e fatos, enfatizando a prática da gestão orientada por evidências em todos os níveis da organização.
- c) O TQC prioriza a ação corretiva como método principal de gerenciamento, sugerindo que a prevenção de problemas deve ser uma abordagem secundária.
- d) O princípio de "controle de dispersão" no TQC sugere que a variabilidade nos processos não tem impacto significativo na qualidade final dos produtos e serviços.

QUESTÃO 30

Qual modalidade foi extinta pela nova Lei de licitações?

- a) Leilão.
- b) Concorrência.
- c) Pregão Eletrônico.
- d) Tomada de Preços.

QUESTÃO 31

A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Segundo o artigo 20 dessa lei, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

De acordo com essa lei, o servidor não será avaliado por qual fator de avaliação?

- a) Agilidade.
- b) Disciplina.
- c) Assiduidade.
- d) Produtividade.

QUESTÃO 32

Quanto aos deveres e proibições atribuídos ao servidor público pela Lei nº 8.112/1990, está correto o que se afirma em:

- a) São deveres do servidor: exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo; zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público; guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) Ao servidor é proibido: levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo; recusar fé a documentos públicos.
- c) Ao servidor é proibido: retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- d) São deveres do servidor: ser leal às instituições a que servir; observar as normas legais e regulamentares; cumprir as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais.

QUESTÃO 33

As aquisições de bens e serviços pela Administração Pública são regulados por lei. Uma destas é a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Segundo essa lei, não é objetivo do processo licitatório:

- a) Assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição.
- b) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- c) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para o licitante, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
- d) Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

QUESTÃO 34

A partir da década de 1950, a Teoria Neoclássica da Administração deslocou a atenção antes fixada nas chamadas “atividades-meio” para os objetivos ou finalidade da organização. O trabalho passou de um fim em si mesmo para constituir um meio de obter resultados. Essa reformulação significa uma revolução na Administração: a mudança no panorama gravitacional do universo administrativo. Este modelo administrativo é identificado como Administração por Objetivos (APO) ou Administração por Resultados. A APO tem um esquema de trabalho que serve de base para a avaliação do desempenho humano, remuneração flexível e, sobretudo, para a compatibilização entre os objetivos organizacionais e os objetivos individuais das pessoas.

Dentro dessa concepção de esquema de trabalho da APO, é incorreto afirmar que:

- a) Gerente e subordinado se reúnem para uma avaliação conjunta se os resultados não forem atingidos. Há reciclagem do processo, e os objetivos são reavaliados ou redimensionados.
- b) Gerente e subordinado se reúnem, discutem, negociam e, em conjunto, formulam os objetivos de desempenho para o subordinado. Objetivos, metas e resultados são negociados entre eles. A formulação de objetivos é consensual e participativa.
- c) O subordinado passa a trabalhar para desempenhar metas e cobra os meios e recursos necessários para alcançar os objetivos.
- d) O gerente se compromete a proporcionar apoio, direção e recursos para que o subordinado possa trabalhar eficazmente orientado para o alcance de objetivos. O gerente cobra resultados e garante os meios e recursos (treinamento, habilidades, equipamentos etc.) para que o subordinado possa alcançá-los.

QUESTÃO 35

O processo pelo qual uma organização atrai mão de obra para si é conhecido como recrutamento e seleção de pessoas. Do ponto de vista de sua aplicação, o recrutamento pode ser interno ou externo. O recrutamento interno atua sobre os candidatos que estão trabalhando dentro da organização – isto é, os colaboradores – para promovê-los ou transferi-los para outras atividades mais complexas ou mais motivadoras. O recrutamento externo atua sobre candidatos que estão fora da organização, para submetê-los ao seu processo de seleção de pessoal.

Quanto aos prós e contras de cada tipo de recrutamento, está correto o que se afirma em:

- a) Uma das desvantagens do recrutamento externo: ele aumenta o capital humano ao incluir novos conhecimentos e competências.
- b) Uma das vantagens do recrutamento externo: ele é ideal para situações de estabilidade e pouca mudança ambiental.
- c) Uma das desvantagens do recrutamento interno: ele não requer socialização organizacional de novos membros.
- d) Uma das vantagens do recrutamento interno: ele aproveita melhor o potencial humano da organização.

QUESTÃO 36

A Lei nº 14.230/2021, que alterou a Lei nº 8.429/1992 é conhecida como Lei de Improbidade Administrativa. Segundo essa lei, improbidade administrativa refere-se ao ato ilegal ou contrário aos princípios básicos da Administração Pública no Brasil, cometido com dolo por agente público, durante o exercício de função pública ou decorrente desta, que causam prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito ou violação dos princípios da administração pública.

Pode-se afirmar, de acordo com a Lei nº 14.230/2021, que não se configura como ato de improbidade:

- a) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) A ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea; conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

QUESTÃO 37

Quando se trata da organização da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- a) As Autarquias, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e as Fundações Públicas são entidades da Administração Indireta e vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.
- b) A Administração Direta constitui-se dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, dos Ministérios e das Autarquias.
- c) Fundações Públicas são entidades da Administração Indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- d) Empresas Públicas são entidades da Administração Indireta, dotadas de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criadas por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer, por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

QUESTÃO 38

O Artigo 170, da Constituição Federal do Brasil, determina que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Não se configura como um princípio da ordem econômica o(a):

- a) Tratamento favorecido para as empresas de médio e grande porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) Soberania nacional, propriedade privada e livre concorrência.
- c) Busca do pleno emprego e a redução das desigualdades regionais e sociais.
- d) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.

QUESTÃO 39

A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

Fazendo uma análise dos direitos e deveres dos administrados perante a Administração Pública, está correto o que afirma em:

- a) O administrado tem o direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, conhecer as decisões proferidas, mas não poderá obter cópias de documentos neles contidos.
- b) O administrado tem o direito de fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
- c) O administrado tem o dever de prestar as informações que lhe forem solicitadas, mas não é obrigado a colaborar para o esclarecimento dos fatos.
- d) O administrado tem o dever de expor os fatos de que ele tenha conhecimento, mesmo não sabendo se são verídicos.

QUESTÃO 40

A Constituição Federal estabelece princípios a serem observados nas três esferas de governo.

Qual princípio não está descrito corretamente?

- a) Princípio da Legalidade - significa que o agente público deverá agir em conformidade com a Lei, fazendo estritamente o que a lei determina.
- b) Princípio da Eficiência – significa que para os atos administrativos produzirem efeitos, é necessário que sejam levados ao conhecimento público.
- c) Princípio da Moralidade - é percebida no comportamento do bom administrador. Diante de alternativas possíveis, escolhe aquela que resultará em maior ganho para a coletividade. É característica, portanto, dos atos praticados com legitimidade.
- d) Princípio da Impessoalidade - determina que o agente público deve ter sua conduta orientada para o interesse-público, em detrimento de interesses particulares, próprios ou de terceiros, sob pena de o ato ser caracterizado pelo desvio de finalidade, e, portanto, nulo. Assim, aqueles que estiverem em situações idênticas devem receber o mesmo tratamento (isonomia).

QUESTÃO 41

Durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de uma Universidade Federal, a equipe de administradores foi convocada para contribuir na análise do ambiente interno e externo da instituição. Como parte do diagnóstico estratégico, utilizou-se a ferramenta SWOT, que permite identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que influenciam o desempenho institucional. A aplicação dessa análise fornece subsídios para a formulação de metas e estratégias coerentes com a realidade da Universidade, promovendo uma gestão mais eficiente e alinhada às diretrizes do planejamento estratégico institucional.

Considerando-se a aplicação da análise SWOT por um administrador em uma Universidade Federal, está correto o que se afirma em:

- a) As forças, por serem externas, fogem ao controle da Universidade e devem ser apenas monitoradas no planejamento.
- b) As ameaças são fatores internos que limitam a atuação da Universidade e devem ser eliminadas com ações corretivas imediatas.
- c) As fraquezas correspondem a pontos internos que prejudicam o desempenho institucional e exigem atenção na definição de estratégias.
- d) A identificação de oportunidades deve considerar aspectos internos da instituição, como seu quadro técnico-administrativo e infraestrutura disponível.

QUESTÃO 42

Durante a execução orçamentária em uma Universidade Federal, um administrador da área de planejamento e orçamento é responsável por acompanhar a alocação de recursos nas unidades acadêmicas e administrativas, assegurando que os gastos estejam compatíveis com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e com as metas definidas no Plano Plurianual (PPA). Para isso, é necessário compreender o processo orçamentário, seus princípios e categorias, bem como os estágios da despesa e da receita pública. Essa atuação é fundamental para garantir legalidade, eficiência na gestão dos recursos públicos e cumprimento das finalidades institucionais.

Considerando-se o processo orçamentário da Administração Pública, está correto que se afirma em:

- a) A realização de despesas de exercícios anteriores pode ocorrer de forma automática, desde que haja saldo financeiro no orçamento corrente da unidade.
- b) A Lei Orçamentária Anual é o instrumento que autoriza, para cada exercício financeiro, a realização das despesas e a previsão das receitas públicas.
- c) A fase do empenho da despesa ocorre quando os valores são pagos ao credor, encerrando-se a obrigação do ente público.
- d) A previsão da receita é a etapa da execução orçamentária em que os recursos são arrecadados e disponíveis para uso.

QUESTÃO 43

Durante a execução de um projeto de melhoria no sistema de atendimento ao estudante, uma equipe da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis planejou a reformulação dos fluxos, estruturou as equipes e iniciou a implementação. Após três meses, foi identificado que as metas intermediárias não estavam sendo cumpridas. A equipe gestora revisou os dados coletados, promoveu mudanças nas atribuições e adaptou os cronogramas, buscando realinhamento com os objetivos iniciais. A situação descrita exemplifica a interdependência entre as funções administrativas no processo gerencial.

O momento em que a equipe avalia resultados e ajusta rotas para o alcance dos objetivos está relacionado, principalmente, à função de:

- a) Planejamento.
- b) Organização.
- c) Controle.
- d) Direção.

QUESTÃO 44

Um Administrador, recém-empossado em uma Universidade Federal, foi designado para colaborar na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Entre suas atribuições, destaca-se a participação em reuniões com gestores para definir a visão de futuro da instituição, coleta de informações sobre o funcionamento atual da universidade e o contexto em que ela está inserida, e apoiar a tomada de decisões sobre as direções a serem seguidas pela universidade nos próximos anos.

Considerando a situação apresentada, a atividade desempenhada pelo Administrador diz respeito à função de:

- a) Antecipar decisões por meio do estabelecimento de metas institucionais e da definição de estratégias que orientem a atuação da universidade.
- b) Monitorar os resultados das ações executadas, comparando-os com os objetivos traçados e propondo ajustes quando necessário.
- c) Estruturar a divisão de trabalho e alocar recursos para garantir que as atividades previstas sejam realizadas conforme o planejamento.
- d) Motivar e liderar as equipes para promover o engajamento na implementação das estratégias e cumprimento das metas.

QUESTÃO 45

Um cidadão realizou, por meio da internet, um pedido de acesso a informações públicas em uma autarquia federal, identificando-se de forma clara e objetiva, sem apresentar justificativas para a solicitação. A informação requerida não estava disponível de imediato.

Nessa situação, conforme a Lei nº 12.527/2011, o órgão público:

- a) Deverá responder ao pedido em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10, mediante justificativa, indicando como o acesso será viabilizado, a razão da recusa ou a inexistência da informação.
- b) Poderá solicitar ao cidadão que compareça presencialmente para acessar a informação solicitada, mesmo que o pedido tenha sido realizado por meio eletrônico.
- c) Poderá negar o pedido de acesso à informação caso o requerente não apresente justificativa que demonstre o interesse público envolvido, considerando que o fornecimento de dados oficiais exige motivação adequada por parte do solicitante.
- d) Deverá comunicar ao solicitante, em até 30 dias, se a informação será concedida, indeferida ou redirecionada a outro órgão competente, prazo que poderá ser prorrogado por igual período, desde que haja justificativa.

QUESTÃO 46

Considere as seguintes situações envolvendo agentes públicos no exercício de suas funções:

Situação 1 – Uma gestora pública determinou a contratação direta de uma empresa de sua confiança para prestar serviços de manutenção predial, por valor compatível com o mercado, alegando informalmente que o fornecedor era mais ágil e conhecido.

Situação 2 – Um servidor da área administrativa transferiu parte dos recursos públicos sob sua responsabilidade para sua conta pessoal, sem justificativa, e utilizou os valores em benefício próprio.

Situação 3 – Um coordenador autorizou a aquisição emergencial de equipamentos, por preço acima do mercado, sem licitação e sem documentação que comprovasse a urgência.

Situação 4 – Um chefe de setor utilizou o e-mail institucional para enviar convites de cunho pessoal a colegas de trabalho, em horário de expediente.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, com alterações da Lei nº 14.230/2021, é adequado afirmar que:

- a) A Situação 4 configura ato de improbidade que viola o princípio da liberdade funcional.
- b) A Situação 2 configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- c) A Situação 1 configura ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- d) A Situação 3 configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

QUESTÃO 47

O artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece que “a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Extraído da Constituição Federal, 1988, com adaptações.

De acordo com esse artigo, qual conduta é incompatível com os princípios constitucionais que regem a administração pública?

- a) Um técnico-administrativo propôs alterações nos fluxos de trabalho que reduziram o tempo de tramitação dos processos de compras em 15%.
- b) Um servidor responsável por elaborar pareceres jurídicos fundamentou suas decisões nas leis, portarias e regulamentos internos da instituição.
- c) Um servidor da Pró-Reitoria de Administração divulgou no sítio institucional todos os contratos firmados, incluindo valores, prazos, empresas contratadas e objetos contratados.
- d) Um professor indicou seu orientando de mestrado para vaga de bolsista, fundamentando-se em relação pessoal e possibilidade de treinamento, apesar de haver candidatos mais experientes.

QUESTÃO 48

Em uma Universidade Federal, o administrador responsável pelo almoxarifado está avaliando a adoção de práticas mais eficientes de controle de materiais. O setor trabalha com diferentes tipos de materiais, como equipamentos de laboratório, materiais de expediente, produtos de limpeza etc. Ao analisar o consumo e o valor de aquisição, o gestor percebe que uma pequena parte dos itens representa a maior parte do custo total dos estoques, ao passo que diversos itens de baixo valor possuem alta rotatividade.

Analisando a situação descrita, qual seria uma medida adequada para o administrador no controle de materiais?

- a) Concentrar o controle de estoques nos itens da classe A, que representam a maior parte do custo total, desconsiderando os das classes B e C, já que seu impacto financeiro é reduzido.
- b) Aplicar a curva ABC e o giro de estoques para classificar materiais, e definir critérios únicos de controle para todas as categorias, simplificando o processo de gestão.
- c) Utilizar a curva ABC em conjunto com o giro dos estoques, adotando níveis diferenciados de controle e revisão conforme o valor e a rotatividade dos materiais.
- d) Priorizar a redução de estoques da classe C, ainda que apresentem alta rotatividade, por contribuírem pouco para o valor total dos estoques.

QUESTÃO 49

Uma Universidade Federal está revisando seu planejamento estratégico institucional. Para isso, decide adotar o *Balanced Scorecard* (BSC) como ferramenta de gestão, com o objetivo de alinhar suas ações às diretrizes institucionais e melhorar os resultados junto à sociedade.

Com base no modelo de *Balanced Scorecard* (BSC), proposto por Kaplan e Norton (1997), analise as proposições a seguir:

- I. O BSC permite traduzir a missão e a estratégia da universidade em objetivos e indicadores distribuídos entre as perspectivas: financeira, do cliente, dos processos internos e de aprendizado e crescimento.
- II. A perspectiva financeira do BSC, embora tradicionalmente associada ao setor privado, também se aplica à gestão pública, pois permite avaliar o uso eficiente dos recursos públicos.
- III. A perspectiva de processos internos contempla os processos acadêmicos, administrativos e de apoio que precisam ser aprimorados para que a universidade atenda melhor os cidadãos e alcance seus objetivos estratégicos.
- IV. A perspectiva de aprendizado e crescimento refere-se à melhoria contínua das capacidades institucionais, como capacitação dos servidores, modernização tecnológica e fortalecimento da cultura organizacional.

Diante do exposto, qual é a análise correta dessas proposições?

- a) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- c) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- d) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO 50

Em uma Universidade Federal, um administrador assumiu a coordenação de um grupo multidisciplinar encarregado de implementar um novo sistema de gestão de contratos. Ao perceber diferenças de ritmo e envolvimento entre os membros da equipe, o gestor adaptou sua forma de atuação: com alguns definiu metas claras e cobrou entregas dentro do prazo; com outros estimulou maior autonomia e criatividade, oferecendo apoio quando solicitado. Além disso, criou canais para *feedbacks* contínuos e reconheceu os avanços obtidos ao longo do processo.

Considerando o contexto descrito, o estilo de liderança mais associado à atuação desse administrador é:

- a) Democrático.
- b) Situacional.
- c) Autocrático.
- d) Liberal.